

## Artigo

# Amazônia entre narrativas: Autoritarismo, literatura e as contradições do projeto nacional na Era Vargas

Amazonia Between Narratives: Authoritarianism, Literature, and the Contradictions of the National Project in the Vargas Era

Thiago Broni de Mesquita<sup>1</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

## RESUMO

O artigo investiga a atuação do Estado brasileiro na Amazônia entre 1930 e 1945, analisando os discursos de Getúlio Vargas em Belém (1933) e Manaus (1940) e estabelecendo conexões com a literatura produzida sobre a região. Destaca-se o conto Terra Imatura, de Alfredo Ladislau (1924), para ilustrar como o discurso varguista apropriou-se de textos literários para promover uma visão de Estado centralizadora, voltada para a ocupação territorial e o desenvolvimento econômico. O estudo demonstra que, a partir dos anos 1930, consolidou-se uma retórica que retrata a Amazônia como um “espaço vazio”, ignorando suas complexidades socioambientais e culturais. Essa narrativa autoritária, desconectada das especificidades regionais, permanece influente até hoje, convidando à reflexão sobre o papel do Estado brasileiro diante da floresta e de seus povos, especialmente em um contexto em que a Amazônia atrai atenção global.

**Palavras-chave:** Getúlio Vargas; Discursos políticos; Terra Imatura

## ABSTRACT

This article investigates the Brazilian state's actions in the Amazon between 1930 and 1945, analyzing Getúlio Vargas's speeches in Belém (1933) and Manaus (1940) and establishing connections with the literature produced about the region. The short story *Terra Imatura* by Alfredo Ladislau (1924) is highlighted to illustrate how Vargas's discourse appropriated literary texts to promote a centralizing state vision focused on territorial occupation and economic development. The study demonstrates that, starting in the 1930s, a rhetoric portraying the Amazon as an "empty space" was consolidated, disregarding its socio-environmental and cultural complexities. This authoritarian narrative, disconnected from regional specificities, remains influential today, inviting reflection on the Brazilian state's role regarding the forest and its peoples, especially in a context where the Amazon draws global attention.

**Keywords:** Getúlio Vargas; Political discourses; *Terra Imatura*



Artigo publicado por Literatura e Autoritarismo sob uma licença CC BY-NC 4.0.

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia, com sua riqueza natural e relevância estratégica, tem sido objeto de interesse nacional e internacional ao longo da história. Nos últimos anos, a região assumiu protagonismo nos debates climáticos globais, destacando-se o estado do Pará e sua capital, Belém, escolhida como sede da COP 30, a reunião da cúpula climática da Organização das Nações Unidas (ONU). Este evento reunirá líderes mundiais, cientistas, ativistas e representantes de diversos setores para discutir ações contra a crise climática global.

A escolha de Belém como palco desse debate reflete um paradoxo. Por um lado, reforça a centralidade da Amazônia na luta contra as mudanças climáticas; por outro, evidencia um histórico de descaso político e exploração predatória da floresta e de seus povos. A narrativa que molda a relação do Estado brasileiro com a Amazônia remonta ao início do século XX, período em que a região foi construída simbolicamente como um “espaço vazio”, à espera de intervenção e integração ao projeto nacional. Embora essa visão tenha raízes anteriores, foi durante o governo de Getúlio Vargas que ela se consolidou como parte de uma narrativa oficial, estruturada por discursos autoritários e alianças com elites econômicas e setores estratégicos.

Este artigo busca refletir sobre a construção desse imaginário autoritário em torno da Amazônia, destacando as narrativas que consolidaram a região como território subalterno no projeto de Estado. Para isso, analisaremos os discursos proferidos por Vargas nas cidades de Belém e Manaus, no ano de 1933 e 1940, período marcado por seu nacionalismo paternalista e por políticas de centralização, que ignoraram as especificidades culturais e ambientais locais. A primeira seção abordará o discurso de Vargas em Belém, em 1933, articulando-o à literatura da época, especialmente ao conto *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, selecionado neste artigo para explorar as tensões entre o imaginário de riqueza e a realidade de abandono construída no campo da narrativa literária. Já a segunda seção examinará os discursos do Estado

Novo, quando a “Marcha para o Oeste” consolidou a visão da Amazônia como um espaço estratégico e economicamente promissor, não obstante sujeito a intervenções autoritárias do Estado nacional brasileiro.

O objetivo é compreender como essas narrativas autoritárias moldaram políticas e reforçaram desigualdades regionais, contribuindo para um modelo de desenvolvimento que, apesar de exaltar a Amazônia, culminam na sua exploração e marginalização. Ao final, propomos refletir sobre os impactos históricos dessas construções discursivas e sua relevância nos debates contemporâneos, ressaltando a urgência de novas abordagens que respeitem as complexidades e os protagonismos locais.

## **2 AMAZÔNIA UMA “TERRA IMATURA”? LITERATURA, NACIONALISMO E AS CONTRADIÇÕES DA INTEGRAÇÃO NA ERA VARGAS**

Após a crise do ciclo da borracha no início do século XX, a Amazônia passou a ser recorrentemente representada como uma terra estagnada, vazia e selvagem, à margem do desenvolvimento nacional. Em obras como *Um Paraíso Perdido*<sup>1</sup>, *Inferno Verde*<sup>2</sup>, *Na Planície Amazônica*<sup>3</sup> e *Terra Imatura*, esta última analisada ao longo deste artigo, o espaço amazônico aparece descrito ora como um “inferno verde” inóspito, ora como uma “terra imatura” a ser conquistada, ora como um imenso vazio demográfico à espera da ação civilizatória do Estado. Abandonada pelo poder público, a região parecia mergulhada em um “sono de morte” até ser novamente colocada em evidência pelos ecos da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à Presidência da República e reacendeu o interesse estratégico e simbólico pela Amazônia.

Três anos se passaram até que o presidente visitasse a região para conhecer de perto sua realidade. Em 27 de setembro de 1933, ao desembarcar na cidade

<sup>1</sup> *Um Paraíso Perdido*, de Euclides da Cunha, foi escrita entre 1907 e 1908, durante sua expedição à região amazônica. O texto foi publicado postumamente, em 1909, como parte da coletânea *À Margem da História*.

<sup>2</sup> *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, foi publicada pela primeira vez em 1908. Reúne contos ambientados na Amazônia, abordando temas como a luta do homem contra a natureza e os desafios sociais e culturais da região.

<sup>3</sup> *Na Planície Amazônica*, de Raymundo Moraes, foi publicada em 1916. O livro é considerado uma das principais narrativas que exploram as paisagens e os aspectos culturais da região amazônica.

de Belém do Pará, proferiu discurso onde afirmou que não pouparia esforços para “redimir”, “integrar”, “desenvolver” e “ocupar” aquele vasto vazio demográfico. Sua promessa refletia um esforço patriótico de revitalizar e integrar a região ao desenvolvimento nacional.

Para o presidente, se, no século XIX, a região amazônica se desenvolveu de forma quase independente, ao sabor do capitalismo internacional, que fez da borracha o “ouro negro” da região, no século XX, seria o Estado nacional o grande responsável pelas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na região.

O discurso do presidente enfatiza a valorização da Amazônia como uma região de oportunidades inexploradas, destacando seu potencial futuro como “a mais opulenta povoada região do globo” Andrade (2007; 2009). Ele adota uma perspectiva nacionalista, atribuindo ao governo a responsabilidade de superar os desafios de isolamento e precariedade. Além disso, critica o modelo extrativista histórico, exemplificado pela exploração desordenada da borracha, que trouxe prejuízos aos trabalhadores e à economia nacional, ilustrando a decadência do ciclo da borracha como resultado da imprevidência regional.

O presidente propôs a transição de um modelo econômico nômade para um sistema mais estável, investindo em colonização, agricultura e infraestrutura, inspirado em exemplos como as iniciativas na região do Tapajós e as colônias japonesas, ambas no Pará. Essa retórica nacionalista visava integrar a Amazônia ao imaginário de unidade nacional, no entanto, contrastava com os desafios socioeconômicos e ambientais locais. A proposta de colonização, ignorava a complexidade cultural e social da região, bem como os povos indígenas e populações tradicionais que sequer são mencionados no discurso. Essa postura refletia uma abordagem autoritária e integracionista, típica das políticas da época, que priorizavam a unidade em detrimento das particularidades culturais Bastos; Fonseca (2012).

O discurso de Vargas critica o modelo extrativista e destaca o potencial agrícola e industrial da Amazônia, mas é vago quanto a mudanças estruturais, desconsiderando

os impactos ambientais e as limitações financeiras do período. Reflete as contradições do governo, combinando uma análise crítica do passado com otimismo em relação ao futuro, contudo carece de soluções práticas, evidenciando a ideologia e a política da integração nacional na Era Vargas. Resta questionar quais referências embasaram essa visão inicial sobre a Amazônia.

Andrade (2010), ao fazer uma análise sobre a visão intelectual construída sobre a Amazônia durante a era Vargas, destaca como as representações da região foram moldadas por intelectuais e pela propaganda oficial do governo. Para ele, uma percepção dualista da Amazônia foi escrita por diversos autores que a narram ora como um paraíso intocado versus um inferno selvagem, ora influenciada por ideais de conquista e domesticação da natureza. Essas ideias já existiam antes da era Vargas, entretanto, foram ressignificadas na passagem desse governo para legitimar projetos estatais. Ainda segundo Andrade, autores como Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau influenciaram a construção dessas representações no campo da literatura sobre a região naquele contexto.

A retórica governista para a Amazônia caracterizou-se no curso do século XX pela marca do "abandono" e pelas constantes "descobertas" e "conquistas" que tais governos iriam efetuar na região. A situação de abandono das fronteiras geográficas do Centro-Oeste e do Norte transformou-se em um "espectro geopolítico" que rondou o Estado brasileiro ao longo do século XX, especialmente após a Revolução de 1930. Andrade (2010, p. 454)

O conto *Terra Imatura*, publicado no livro de mesmo título, do autor cearense e bacharel em Direito Alfredo Ladislau (1882-1934), é um dos textos literários que compõe o repertório varguista, conforme destaca Andrade (2010). Ladislau viveu grande parte de sua vida na região amazônica e nela atuou como promotor de Justiça e juiz de Direito em comunidades locais. Considerado, por intelectuais de sua época, um cronista, Ladislau apresenta em sua obra uma forte ligação com o movimento impressionista, reunindo contos e crônicas sobre a vida e o universo amazônico.

A obra foi escrita entre as décadas de 1910 e 1920 e publicada em 1924. Os contos do livro *Terra Imatura* exploram imagens e representações do homem e da natureza amazônica em um conflito constante. A região, esquecida pelos governantes após o apogeu da borracha, permanecia desconhecida, envolta na vastidão de suas matas e na exuberância de sua natureza.

Na década de 1920, o amazônida vivia tempos de pessimismo e descrença. As cidades, que outrora haviam reorganizado seus espaços urbanos e mantido relações comerciais diretas com os grandes centros do capitalismo mundial, agora enfrentavam as consequências de uma ilusão de Fausto Mascarenhas (Dias, 1999). Como já ocorreu no passado, padeciam como vítimas de sua própria grandeza.

O conto relata uma conversa entre dois amazônidas com nomes de origem indígena, Aiúna e Arianda. A narrativa se passa em um entardecer, quando, sentados em um banco da praça matriz da cidade Santarém (PA), os personagens contemplam, embevecidos e maravilhados, as fantásticas mutações naquela estupenda apoteose da natureza amazônica. Durante essa contemplação, começam a discutir ideias que tumultuavam suas mentes.

Em determinado momento da conversa, Arianda chama a atenção de Aiúna para as riquezas e a prodigalidade das terras amazônicas. Ele critica os filhos da região por não aproveitarem os tesouros nativos, permitindo que estrangeiros continuem explorando a vitalidade daquele que é considerado o celeiro do mundo, enquanto o povo local permanece na miséria, impotente diante de tal aviltamento.

- Quantas maravilhas, Aiúna, vão por esta terra, prodigamente fecundas, mas, - em razão da nossa incúria – criminosamente inexplorada! Diante desta milionária, permanecemos como usuários desprezíveis, sem o ânimo de usufruí-la, consentindo, todavia, na espoliação dos seus tesouros nativos, malgrado o constante receio de que ela nos seja, um dia, arrebatada por uma raça qualquer, mais poderosa e apta a dar-lhe o progresso que ela merece. Ao passo que o ardiloso estrangeiro continua a sugar-lhe a seiosa vitalidade, ficamos de braços cruzados,

alimentando o deprimente paradoxo social de sermos, de fato, um povo que vive quase na miséria, dentro do maior celeiro do mundo!  
Ladislau (2008, p. 30)

O pessimismo típico da personagem Arianda era fruto de sua indignação com o esquecimento da região. Para ela, os políticos do Sul não se importavam com o que acontecia no Norte do país. Assim, se a população da região sofria, isso ocorria em função de sua própria negligência ou por levarem uma suposta “vida fácil”. De acordo com Arianda, a abundância de frutos, peixes e caça teria tornado os nortistas pouco laboriosos e não predispostos ao trabalho industrial, o que culminou na estagnação econômica da região após o declínio da economia da borracha.

No diálogo das personagens de Ladislau, o mundo amazônico ainda não pertence verdadeiramente aos seus habitantes. Em outro trecho da conversa, diziam que a Amazônia precisava ser ocupada por grandes ondas migratórias de um povo distinto, dotado de maior capacidade de iniciativa. Na visão de Arianda, o “povo escolhido” para transformar a Amazônia em uma “Canaã Amazônica” ainda não havia chegado. Embora a migração de nordestinos para a coleta de látex no final do século XIX e início do XX tenha modificado a paisagem urbana dos principais centros comerciais da região, esses migrantes, os chamados “nordestenses”, não eram, segundo Arianda, o grupo capaz de tirar a Amazônia de sua posição periférica na história.

O extremo Norte nunca existiu, e talvez jamais viesse a existir, lamentava Arianda, aludindo ao descaso histórico dos governos em relação à região Norte do Brasil.

No entanto, enquanto Arianda via nos estrangeiros o “povo escolhido”, Aiúna, sua interlocutora, acreditava que o próprio povo amazônico, acompanhado pelos sertanejos nordestinos que permaneceram na região, seria capaz de enfrentar o desafio de desenvolver a Amazônia, desde que tivessem o apoio do governo e a presença do Estado na região.

O conto se encerra com Arianda e Aiúna discutindo a necessidade ou não de indústrias que impulsionassem o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da

exploração da diversidade de produtos nativos. Esse desenvolvimento, segundo Aiúna, deveria ser acompanhado, como em outras ocasiões, pelo esforço soberano do Estado brasileiro em orientar o povo da Amazônia nesse processo. O diálogo entre as personagens revela um horizonte de expectativas permeado por experiências nem sempre exitosas, e por uma consciência da existência de desigualdades que marginalizavam a região em relação ao restante do país.

- Que industrias Arianda?
- O cultivo racional da região pela pecuária e pela lavoura e a exploração dessa riqueza inesgotável dos produtos nativos.
- Quanto engano vai no pensarmos em agricultura e suas possibilidades em uma terra como está, na qual a feracidade do solo afoga as plantações antes do lourejamento das searas! Por igual forma, não podemos confiar nessa decantada indústria pecuária, às margens de um rio como este Amazonas, onde as manadas se dizimam de uma só vez, sacrificadas pelas ceifadoras consequências das grandes estagnações! Será sempre tudo isso, o desenrolar de novas fantasias, como já o foi a desilusão do “ouro negro”. Bem longe está ainda do teu grande ideal. Ladislau (2008, p. 37)

O livro *Terra Imatura* juntamente com outras obras publicadas ao longo da Primeira República no Brasil (1889-1930), retratam uma Amazônia abandonada pelo poder público, onde homens, natureza e selva viviam uma relação simultaneamente edênica e desterradora.

As obras *Um Paraíso Perdido*, *Inferno Verde*, *Na Planície Amazônica* e *Terra Imatura* retratam a Amazônia como uma região marginalizada e abandonada pelo Estado. Seus habitantes são apresentados como estrangeiros em sua própria terra, vistos como pouco laboriosos. Nelas, a natureza hostil da região é descrita como obstáculo ao progresso. Tais narrativas buscavam justificar a intervenção estatal como necessária para sua integração ao país. Esse imaginário foi apropriado pelo governo Vargas durante a Era Vargas.

É possível estabelecermos relações entre o discurso de Getúlio Vargas em Belém, em 1933, e o conto *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, que podem ser entendidos como um diálogo entre um projeto político e uma narrativa literária que compartilham visões sobre a Amazônia, ao mesmo tempo em que revelam tensões e contradições sobre o futuro da região. Ambos os textos abordam a região amazônica como uma suposta terra rica, que, no entanto, não foi capaz de amadurecer, como um espaço de imenso potencial, mas que permanecia inexplorado ou mal utilizado, reforçando a necessidade de intervenção externa para alcançar essa “maturidade”.

Tanto no discurso de Vargas quanto no conto de Ladislau, a Amazônia é retratada como um território historicamente abandonado. Vargas propõe sua integração ao projeto nacionalista por meio da modernização agrícola e industrial, destacando sua importância para o futuro do Brasil. Já Ladislau aborda a exploração estrangeira e a falta de ação estatal, defendendo que o desenvolvimento da região depende do esforço coletivo e de um direcionamento governamental claro.

Em seu discurso Vargas critica a economia nômade e predatória que havia prevalecido na região, atribuindo a decadência do ciclo da borracha à falta de planejamento. Essa crítica ecoa na fala das personagens de Ladislau, que lamentam a inércia local e a exploração predatória dos recursos amazônicos, apontando para a necessidade de uma reorganização econômica. O dualismo entre o “paraíso” e o “inferno”, mencionado por Andrade (2010), permeia ambas as obras. Vargas idealiza a Amazônia como uma terra de promessas que pode ser domesticada pelo esforço estatal. No conto de Ladislau, essa visão é representada pelas reflexões pessimistas de Arianda e pelas esperanças de Aiúna, que veem na Amazônia tanto uma terra de oportunidades quanto um espaço hostil à exploração racional.

Ao estabelecermos relações entre o discurso político e o texto literário percebemos contrastes e tensões importantes. Em 1933, já é possível observar a construção de uma visão autoritária de desenvolvimento. O discurso de Vargas revela esse dado ao ser escrito numa abordagem “de cima para baixo”, ignorando as

especificidades culturais e sociais locais e a existência de populações diversas nesse lugar. Em *Terra Imatura*, embora as personagens discutam o protagonismo do povo amazônico, elas também reproduzem estereótipos de inferioridade local, sugerindo que o desenvolvimento só poderia vir de fora, reforçando um olhar colonizador.

Quando deslocamos nosso olhar para a natureza como inimiga ou aliada percebemos que Vargas enxerga a natureza amazônica como algo a ser domesticado e transformado para atender aos interesses do desenvolvimento nacional. Em Ladislau, a exuberância da natureza é um elemento que fascina e opõe, um desafio à racionalidade econômica e industrial do mundo moderno.

Tanto no texto político quanto na narrativa literária as soluções concretas contrastam com abstrações. Enquanto Vargas propõe projetos específicos, como investimentos em colonização e infraestrutura, o conto de Ladislau permanece no campo das ideias e das discussões filosóficas, refletindo o pessimismo e as incertezas sobre a capacidade do Brasil de integrar a Amazônia ao projeto nacional.

Conforme apontado por Andrade (2010), autores como Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Raymundo Moraes e o próprio Alfredo Ladislau influenciaram as representações da Amazônia apropriadas por Vargas. O imaginário da região como um imenso vazio demográfico, ou uma “Canaã” por conquistar, moldou o discurso governamental e as narrativas literárias, que alternavam entre visões de abandono e grandiosidade. Essas obras reforçaram a ideia de que a Amazônia precisava da presença do Estado para alcançar seu potencial, legitimando o papel interventor do governo de Vargas. No entanto, ao fazer isso, o discurso e a literatura frequentemente desconsideraram as complexas dinâmicas sociais, culturais e ambientais da região, consagrando uma visão exógena e, por vezes, autoritária sobre seu futuro.

O discurso de Vargas e o conto de Alfredo Ladislau convergem na construção de uma visão dualista da Amazônia como espaço de abandono e de promessas. Ambos refletem as contradições de uma época que buscava integrar a região ao projeto nacional, porém, o fazia de forma autoritária, ignorando as especificidades locais. A

análise das duas obras, portanto, evidencia como a retórica nacionalista e a literatura amazônica dialogam e se complementam, ao mesmo tempo em que expõem os limites dessa visão no tratamento das realidades amazônicas as quais serão aprofundadas a partir de 1940, no contexto do Estado Novo varguista.

### **3 A AMAZÔNIA E A “MARCHA PARA O OESTE” DO ESTADO NOVO**

Getúlio Vargas retornou à Amazônia em 1940, em um contexto político nacional e internacional distinto, apresentando uma “carta de intenções” políticas para a região. Tal como em ocasiões anteriores, fez uso de um discurso com forte poder simbólico, nacionalista e integracionista. Entretanto, no cenário do Estado Novo, o conteúdo ideológico de seus discursos foi marcado pelo que ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste” Coelho (2010); Guillen (2013); Silva (2013).

O conjunto de discursos proferidos por Getúlio Vargas em outubro de 1940, nas cidades de Belém, Manaus e Porto Velho, refletiu essa dinâmica de “Marcha para o Oeste” e a ocupação espacial do território amazônico. É interessante notar que a estratégia discursiva de Vargas na região amazônica, em 1940, novamente, estava permeada por um forte poder simbólico, semelhante ao discurso proferido em Belém, em 1933. Novamente, o presidente mobilizou as mesmas referências literárias produzidas sobre a região para a construção de seus discursos. Contudo, o grande diferencial para esse novo conjunto de discursos foi a referência ideológica à obra do jornalista, poeta e ensaísta Cassiano Ricardo, assim como a divulgação dos ideais estado-novistas para a região. Essa iniciativa visava demonstrar que, assim como em 1933, as atenções do governo permaneciam voltadas para o “extremo da pátria”.

O projeto “Marcha para o Oeste”, tema central da visita presidencial à Amazônia durante o Estado Novo, teve como objetivo a promoção da ocupação de territórios considerados “vazios” por meio de projetos de migração e desenvolvimento econômico. No contexto da Segunda Guerra Mundial, essa iniciativa buscava fortalecer a defesa do território nacional e fomentar o progresso interno.

Nesse cenário, o “mito das bandeiras” foi ressignificado como símbolo de nacionalidade e resistência a ideologias externas. A obra de Cassiano Ricardo, *Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*, desempenhou papel relevante, ao legitimar ideologicamente o projeto, conectando o bandeirantismo dos séculos XVII e XVIII às políticas de interiorização do Estado Novo. Foi Cassiano Ricardo quem melhor apropriou o bandeirantismo aquele contexto, definindo-o como uma continuidade histórica que culminava no governo de Getúlio Vargas e atribuindo ao Estado Novo a missão de conduzir a expansão territorial e a consolidação da identidade nacional Secreto (2007).

No discurso *Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará*, proferido em Belém, em 1940, Getúlio Vargas rememorou o apogeu da economia da borracha, ressaltando o papel de Belém como um centro de civilização cujas atividades culturais, políticas e econômicas contribuíram para o país. Ele destacou o paradoxo da Amazônia onde o crescimento da borracha ocorreu por meio de uma exploração desordenada e cara, levando à superação da produção local por regiões que adotaram técnicas mais eficientes. Citando a fábula da cigarra e da formiga, Vargas lamentou a falta de investimentos em obras duradouras, o que resultou no estagnação ou retrocesso da Amazônia. O discurso reflete as prioridades de seu governo em relação aos trabalhadores e ao desenvolvimento amazônico.

Getúlio Vargas utilizou um tom paternalista e conciliador, característico da política populista que o manteve no poder até aquele ano. Ele posicionou seu governo como um mediador entre as classes trabalhadoras e os interesses econômicos dominantes, exaltando as conquistas legislativas em prol dos trabalhadores, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Essa estratégia retórica reforçava sua imagem de “pai dos pobres” e buscava consolidar o apoio popular, ao destacar melhorias sociais e promessas futuras. Embora o tema das conquistas trabalhistas fosse relevante numa perspectiva nacional, essas políticas tinham alcance limitado, especialmente em regiões periféricas como a Amazônia. O próprio presidente reconheceu implicitamente

as falhas na execução dessas leis, revelando tensões entre as promessas políticas e a realidade vivida por muitos trabalhadores.

O discurso do presidente sobre a Amazônia revelava um tom autoritário, ao tratar os trabalhadores da região como marginalizados em relação aos “nacionais”. Vargas criticava a concentração de recursos nos grandes centros e propunha medidas como a construção de casas operárias em Belém e uma redistribuição limitada de terras para trabalhadores rurais. Contudo, suas propostas para integrar a Amazônia ao projeto nacional-desenvolvimentista, à semelhança de políticas anteriores, careciam de detalhamento e desconsideravam a complexidade ecológica e sociocultural local. A recorrente abordagem simplista de saneamento e redistribuição fundiária, já insuficiente desde o Império, durante seu governo, seguia aprofundando as desigualdades regionais.

O cerne do discurso de Vargas buscava articular uma visão progressista para a época, todavia, seus limites refletiam a dificuldade de traduzir políticas nacionais para contextos regionais. A Amazônia é apresentada como um potencial econômico inexplorado, como em 1933, quando a alusão ao conto *Terra Imatura* prestava “sentido” a retórica de Vargas, mas, em 1940, as medidas propostas para a região não endereçavam integralmente os desafios estruturais, como a precarização do trabalho rural, a ausência de infraestrutura básica e o reconhecimento da centralidade da existência de uma cultura e de um povo amazônico. Ao contrário, o discurso reforçava a narrativa nacionalista e populista de Vargas, enquanto deixa lacunas significativas na inclusão efetiva das periferias nacionais.

Ao mobilizar símbolos regionais que ressaltavam a grandeza e a vicissitude da região, Vargas os colocava em contradição com o momento econômico adverso em que a Amazônia se encontrava. Curiosamente, na construção discursiva do presidente, o amazônida era desqualificado, sendo descrito como um povo esvaecido, que precisava recobrar o ânimo para enfrentar os desafios da planície amazônica.

É preciso cobrar ânimo, abandonar a rotina e atacar de frente, resolutamente, todas as soluções que o problema comporta. Não será obra de um governo, nem, talvez, de uma geração. Mas, à nossa geração, que refundiu a vida política do país e criou o Estado Brasileiro, fundado na realidade e nas necessidades nacionais, cumpre reorganizar o processo econômico da Amazônia, preparando-a para retomar o seu primado na produção de matérias primas vegetais e, mesmo, na sua industrialização, por forma a concorrer no consumo mundial. Vargas (1940, p. 56)

É intrigante a tática discursiva de Vargas para desqualificar o amazônida, constantemente associada a um forte simbolismo que reforça o caráter dominante do Estado na transformação das relações sociais e econômicas, bem como nos processos de decisão política referentes à própria região. Esse processo insere-se em uma dinâmica de dominação simbólica, sobre a qual Pierre Bourdieu (2011) afirma que o que está em jogo é a conservação ou a transformação das relações de força simbólica.

Assim, ao reivindicar o lugar dominante do Estado por meio do governo como agente de transformação, reforçando símbolos de incompatibilidade entre a grandeza da região e sua economia estagnada, Vargas volta a apontar para a necessidade de mudanças estruturais. Em 1933, ele defendeu a implementação de indústrias como solução para a crise econômica do Estado do Pará. Em 1940, ele destacava a necessidade de diversificar a produção extrativa da região, aliada ao esforço de desenvolvimento industrial voltado para seu principal produto básico: a borracha.

Ao lado desse produto básico, outros muitos, ainda em estado nativo, podem ser explorados comercialmente, reclamando, apenas, cultivo técnico e aproveitamento racional. Aí estão, desafiando o espírito progressista e empreendedor dos homens do Pará e do Amazonas, o cumaru, a copaíba, a andiroba, o guaraná, as fibras têxteis, as madeiras, todo o rol enorme dos vegetais econômicos que a Natureza aqui faz germinar, em certos casos, com privilégio de exclusividade. Vargas (1940, p. 57)

Getúlio Vargas ainda participou de dois encontros na cidade de Belém, antes de seguir viagem rumo a Manaus e Porto Velho. Nesses dois encontros, ficou registrada a ideia de avanço ao interior da Amazônia, no contexto do projeto de “Marcha para o Oeste”.

Os discursos de Getúlio Vargas na Amazônia atingiram seu ponto alto no momento em que o presidente chegou à cidade de Manaus, em 9 de outubro de 1940. Álvaro Maia, então intendente de Manaus, e as classes conservadoras do Estado ofereceram um banquete ao presidente. Já havia ficado clara a relevância da Amazônia dentro do projeto de “Marcha para o Oeste” nos discursos proferidos em Belém, mas, em Manaus, Vargas destacaria sua importância sob um ponto de vista estratégico dentro de uma política de Estado no contexto da 2ª Guerra Mundial.

Acompanhada de muita expectativa, a fala do presidente em Manaus veio reforçar questões como o vazio demográfico, a busca incessante pelo domínio da natureza e a conquista das terras amazônicas. Intitulado *O destino brasileiro do Amazonas*, o discurso registraria o ímpeto do Estado Novo varguista em implantar uma “civilização” única e peculiar em meio à vastidão da floresta amazônica, num esforço nacional e patriótico de integração ao restante do país, o qual deveria ser o desejo “do coração da mocidade de todos os brasileiros” Vargas (1940, p. 77).

Getúlio Vargas iniciou seu discurso fazendo referências às lendas e mitos da região, destacando o esforço heroico de todos que construíram a história da região, e conclamou a uma nova conquista do território, que, tendo seu clima caluniado, viu-se impedido de participar do desenvolvimento e progresso nacional. Caberia ao Estado Novo garantir que, às margens do rio Amazonas, se desenvolvesse uma civilização apta a prosperar e crescer.

As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prérios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram as nossas tarefas.

E nessa luta que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória.

[...]

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção hoje desautorizada de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar.

Vargas (1940, p. 77)

No discurso do rio Amazonas, Vargas enfatizava o esforço do governo em promover a ocupação organizada da Amazônia, transferindo populações de áreas superpovoadas dentro da lógica dualista “litoral – sertão”. Para isso, mobilizou intelectuais e artistas populares, que reinterpretaram as imagens do mundo rural sob os parâmetros do Estado Novo e da Revolução de 1930 Secreto (2007). O presidente defendia a fixação metódica do homem à terra por meio de colônias e núcleos de cultura agrária, buscando enfrentar a baixa densidade populacional e a falta de capacidade da região para implementar modelos de desenvolvimento, reforçando a retórica do “espaço vazio” e a lógica de imaturidade da terra.

O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.

Vargas (1940, p. 79)

No discurso, Vargas utilizou uma linguagem simbólica para apresentar a Amazônia como a “terra do futuro”, exaltando sua riqueza natural e singularidade, ao mesmo tempo em que enfatizou o desafio de integrá-la ao restante do país. Essa retórica, típica de seu esforço para promover a unidade nacional, idealizou a região,

ao ignorar suas complexidades culturais, sociais e ambientais. Essa visão utilitarista reflete uma perspectiva colonizadora do Estado, que subordina os modos de vida indígenas e tradicionais e desvaloriza o papel da floresta em pé como parte essencial da identidade amazônica. Tal abordagem persistiu em diferentes contextos políticos, desde Vargas, mantendo-se até hoje.

Em outro trecho, quando discute políticas de povoamento e desenvolvimento econômico, o presidente não somente enfatizou a necessidade de povoar a Amazônia com “colônias agrícolas planejadas”, como também propôs a substituição de práticas consideradas ineficazes, como o nomadismo do seringueiro, um dos traços culturais da ocupação da região. Vargas sugeriu uma transição para métodos “racionais” e técnicos, com apoio de capitais nacionais e estrangeiros. Essa ideia de colonização organizada desconsiderava o impacto dessas mudanças sobre as comunidades locais. Além disso, a abordagem economicista priorizava interesses externos e nacionais sobre as necessidades ecológicas e humanas específicas da região.

O presidente posicionava a Amazônia como símbolo de unidade nacional e soberania, destacando sua integração ao “corpo econômico da Nação” como essencial e alertando para a cobiça internacional sobre suas riquezas naturais. Esse discurso reforçava o papel do governo central como guardião da região, alinhando-se à política centralizadora do Estado Novo, influenciada por Cassiano Ricardo, que visava consolidar o controle estatal sobre áreas não integradas. Contudo, é notável a ausência de menções à consulta ou participação das populações “nativas”, a quem o presidente se referia de maneira genérica, na formulação dessas políticas.

As estratégias discursivas de Vargas já evidenciam um apelo ao patriotismo, ao evocar frequentemente a brasiliidade, conectando a Amazônia ao destino da nação e buscando estabelecer uma conexão emocional com o público. Isso se manifesta, por exemplo, quando Vargas menciona figuras históricas importantes para a integração da região, como Plácido de Castro e Rio Branco, reforçando o vínculo entre a conquista territorial e a diplomacia brasileira. Além disso, ele critica

uma visão passiva da natureza, promovendo um modelo de “esforço com finalidade”. Nesse contexto, a existência da floresta em pé é questionada, uma temática relevante nos dias atuais.

O discurso reflete a visão desenvolvimentista e autoritária da Era Vargas, que buscava modernizar o Brasil sob um modelo centralizado. As ideias expressas sobre a Amazônia antecipam políticas como a construção de estradas e incentivos à ocupação da região, que deixaram legados de impactos ambientais e sociais até hoje. Embora o discurso seja um exemplo poderoso de oratória e mobilização política, ele carece de sensibilidade em relação aos direitos e culturas dos povos amazônicos, o que repetidamente destacamos. A insistência na exploração econômica e na ocupação demográfica contrasta com a necessidade contemporânea de um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. A narrativa de Vargas carrega as contradições do nacionalismo autoritário que marcou sua gestão e que foi repetida durante a ditadura militar e em toda a quadra democrática pós-1985.

*Terra imatura* pautou, a todo o momento, o discurso varguista, mas concluímos essa seção fazendo alusão a obra de Cassiano Ricardo, para quem a democracia brasileira deveria ser analisada em seus fundamentos, incluindo os mitos que sustentam a originalidade do Brasil e do povo brasileiro. Esses mitos formariam também a base para a defesa da integridade da nação, promovendo uma consciência pátria fundamentada na compreensão das origens do ser brasileiro.

Nesse contexto, o autor destacava o papel significativo da bandeira nacional como símbolo dessa originalidade. Segundo ele, se a história e a cultura são elementos distintivos entre as nações, o bandeirantismo brasileiro constituía um fenômeno único na história da humanidade. Para Ricardo (1942), a exploração dos interiores do Brasil pelos bandeirantes revelou a realidade humana dos povos indígenas, contribuiu para o delineamento da geografia moderna, influenciou os rumos do cristianismo e teve impacto até na Revolução Industrial. Para ele, a vivacidade da democracia brasileira era, em grande parte, tributária desse processo bandeirante.

Além disso, sublinha um aspecto cultural singular do Brasil: a fusão de raças, sem discriminação de cor ou origem. Nesse ponto, reforça o mito da democracia racial brasileira, argumentando que, especialmente em momentos de crise ou guerra, o país alcançava um feito inédito de união.

Assim, sob o símbolo da bandeira nacional, o Brasil, retomava o movimento de marcha, partindo do litoral em direção ao interior. Contudo, diferentemente das incursões bandeirantes históricas, o movimento impulsionado pelo Estado Novo buscara uma reafirmação da originalidade brasileira, visando superar as ideologias e os imperialismos estrangeiros. Nesse panorama, todo brasileiro, na visão de Cassiano Ricardo, tornava-se um novo bandeirante.

Todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante. A significação da palavra é originalmente paulista, mas geograficamente desbordou de sua região de origem para tomar o sentido político e nacional do Brasil todo, sendo agora o epíteto do brasileiro em “marcha para o futuro”. Em cada brasileiro que desbrava a terra, tanto no Norte como no Sul, há um bandeirante no qual se confundem e se unificam todos os tipos regionais sejam eles paraoáras ou guascas, barrigas-verdes ou laranjos, capixabas ou matutos.

Ontem, eram bandeirantes só os que partiam do planalto; hoje não. Bandeirar é abrir caminho, expandir-se, tomar a dianteira, marchar para o oeste, renovar o amor pelo sertão e pela descoberta, utilizar o ímpeto bandeirante na conquista de outros objetivos. Ricardo (1942, p.557)

O texto de Cassiano Ricardo, ideólogo do projeto varguista de “Marcha para o Oeste”, propõe uma unificação simbólica que associa o “espírito bandeirante” a todos os brasileiros, independentemente de sua origem regional. Ao alinhar o bandeirantismo com valores de inovação e progresso, essa visão criou uma narrativa de “pioneerismo” vinculada ao desenvolvimento da Amazônia. No entanto, essa interpretação romantiza o bandeirantismo, ignorando aspectos negativos,

como a violência contra povos indígenas, o escravismo e a degradação ambiental, apagando as contradições e os conflitos da expansão territorial.

Ao afirmar que todos os brasileiros compartilham o “ímpeto bandeirante”, o texto desconsidera a diversidade cultural do país e as experiências históricas regionais, marginalizando outras perspectivas, como as de comunidades que não se identificam com essa narrativa. A associação do bandeirantismo ao progresso pode ser vista como uma tentativa de legitimar a exploração de recursos naturais e a expansão territorial, dentro de uma lógica colonial que celebra a subjugação de povos e territórios como um avanço. Esse discurso, presente na Era Vargas, desconsidera as resistências e os impactos da colonização, especialmente sobre os povos originários. A reflexão que surge é: até quando a Amazônia será tratada como uma “terra imatura”?

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vânia Maria Losada Moreira (2013) afirma que, ao considerarmos o período entre a Revolução de 1930 e os dias atuais, os momentos em que o Estado formulou políticas de expansão da sociedade nacional foram: a “Marcha para o Oeste”, sob Getúlio Vargas, a Operação Brasília, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e a Colonização da Amazônia, ao longo dos governos militares.

Entre os anos 1930 e 1940, a narrativa política e literária sobre a Amazônia caracterizou-se por uma visão dualista: um “paraíso de recursos” e, simultaneamente, um “inferno de abandono”. Neste artigo, demonstramos como o discurso de Vargas e a obra de Ladislau dialogam com essa dualidade, apresentando a região como um espaço de vasto potencial, mas que, segundo ambos, exigiria intervenções externas para ser “domesticado” e integrado ao projeto nacional. Essa perspectiva reflete uma tensão recorrente entre a idealização e a exploração, evidenciada tanto nas políticas estatais quanto nas representações culturais da época.

Ao analisar o discurso de Vargas, destacamos como ele insere a Amazônia no imaginário de integração e modernização nacional, articulando um projeto autoritário

que ignora as dinâmicas sociais, culturais e ambientais locais. Sua retórica centraliza o papel do Estado como agente indispensável de progresso, entretanto, carece de detalhamento prático para superar desafios concretos, como limitações financeiras e a complexidade socioambiental da região. Por outro lado, Ladislau, ao trazer essas questões para o campo da literatura, reforça a ideia de que o desenvolvimento dependeria de agentes externos, dentro de uma lógica colonizadora.

Essa visão exógena é reforçada tanto pelo discurso oficial quanto pela literatura, que, frequentemente, desconsideram as particularidades locais, ignoram os povos indígenas e marginalizam as populações tradicionais. Vargas critica a economia predatória da borracha, porém, suas soluções reproduzem um olhar utilitarista, que prioriza a exploração intensiva da floresta em nome do progresso. Ladislau, por sua vez, expõe a exploração estrangeira e a inércia estatal, sem oferecer alternativas práticas, não obstante, evidenciando o pessimismo da época.

A análise do discurso de Getúlio Vargas, proferido em 1940, revela uma estratégia política de forte simbolismo, que, embora buscasse promover a integração da Amazônia ao restante do Brasil, evidenciava contradições profundas nas políticas de desenvolvimento e no tratamento das populações locais. A “Marcha para o Oeste”, promovida durante o Estado Novo, tinha como objetivo a ocupação da região, considerada um “vazio demográfico”, por meio de iniciativas como a migração e a promoção de colônias agrícolas. Contudo, essas políticas ignoravam as complexidades culturais, sociais e ecológicas da Amazônia, além de desconsiderarem as necessidades e os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Em 1940, o discurso de Vargas, em suas diferentes manifestações, mobiliza um nacionalismo integrador, recorrendo a mitos, como o bandeirantismo, para reforçar a ideia de uma unidade nacional forjada por meio da expansão territorial e do domínio da natureza. Essa visão de Amazônia, associada ao progresso e à modernização, desvalorizava as formas de vida locais e a preservação ambiental, reforçando uma narrativa colonizadora que, ainda hoje, reverbera nas políticas voltadas para a região.

Embora a retórica varguista tenha sido eficaz em consolidar a imagem de um governo centralizador e patriótico, suas propostas falharam em lidar com as desigualdades regionais e as tensões entre os interesses nacionais e as realidades amazônicas.

Em última análise, o projeto de Vargas para a Amazônia refletiu um modelo de desenvolvimento autoritário e excludente, que não reconhecia as especificidades culturais e ambientais da região. Ao tratar a Amazônia como uma “terra imatura”, o governo varguista reiterou a visão de um Brasil homogêneo, ao mesmo tempo em que apagava as resistências e as realidades locais. Esse discurso, que unificava os brasileiros sob o símbolo da bandeira nacional, omitia os impactos negativos da expansão territorial e da exploração de recursos naturais, dentro de uma lógica colonial e autoritária que desconsidera as vozes e os direitos dos povos amazônicos.

Com a proximidade da COP 30 de 2025, onde a Amazônia será palco de discussões sobre o enfrentamento da crise climática, é fundamental revisitar essas narrativas históricas para construir um repertório que valorize as experiências locais e privilegie horizontes sustentáveis. Mais do que um espaço de exploração, a Amazônia deve ser reconhecida como uma protagonista na busca por soluções globais para o clima e a biodiversidade. A Amazônia e sua história são, sem sombra de dúvidas, uma demanda social de e para o tempo presente.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Romulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia do primeiro governo Vargas.** 2007. 180f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, Romulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. 5 (2), Ago 2010. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000200015>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BASTOS, Pedro Paulo Zähluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **AeraVargas:desenvolvimentismo, economia e sociedade.** São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COELHO, George Leonardo Seabra. **Marcha para Oeste: entre a teoria e a prática**. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CUNHA, Euclides da. **Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos**. Coleção Brasil 500 anos. Brasília, Editora do Senado Federal, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de . **Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. O Estado Novo: política, história e os usos do passado. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Marcha para o Oeste chega ao Acre! Colônias agrícolas e propaganda política durante o Estado Novo. In: MARIN, José Orlando Bevílaqua e NEVES, Delma Pessanha (Orgs.). *Campesinato e Marcha para o Oeste*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

LADISLAU, Alfredo. **Terra Imatura**. Manaus: Editora Valer, 2008.

LOSADA, Vânia Maria. Os Anos JK: Industrialização e Modelo Oligárquico de Desenvolvimento. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MAIA, Maíra Oliveira. **Jogos políticos na terra imatura: as experiências políticas dos modernistas paraenses – 1930-1945**. 2009. 101f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MORAES, Raymundo. **Na planície amazônica**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Manaus, Editora Valer, 2000.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o oeste (a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Francisca Araújo. Colônia do Iata: ocupação e produção agrícola no território do Guaporé. In: MARIN, José Orlando Bevílaqua; NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e Marcha para o Oeste*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

**VARGAS, Getúlio.** Discurso pronunciado na capital do Pará, em 27 de setembro de 1933. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/06.pdf/view>. Acesso em: 22 jul. 2025.

VARGAS, Getúlio. **Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará.** Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/28.pdf/view>. Acesso em: 22 jul. 2025.

VELOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).** São Paulo: Hucitec/EdUSP, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro. vol. 9(2):261-72, maio-ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000200002>. Acesso em: 22 jul. 2025.

## Contribuição de Autoria

### 1 – Thiago Broni de Mesquita

Pós-doutor em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa). Doutor em História Social (UFRJ). Mestre em Ciência Política (UFPA). Bacharel e licenciado em História (UFPA).

Universidade Federal do Pará

<https://orcid.org/0009-0000-4099-8061> • tbron@ufpa.br

Contriuição: Escrita – Primeira Redação, Revisão e Edição, Conceituação, Validação – Análise Formal – Investigação, Formal – Investigação.

### Conflito de Interesses

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

### Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Lit&Aut/UFSM mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.

### **Verificação de Plágio**

A Lit&Aut/UFSM mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como por exemplo: Turnitin.

### **Editora-chefe**

Rosani Ketzer Umbach

### **Como citar este artigo**

MESQUITA, T. B. de. Amazônia entre narrativas: Autoritarismo, literatura e as contradições do projeto nacional na Era Vargas. **Literatura e Autoritarismo**, n. 44, e90178, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5902/1679849X90178>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/90178>. Acesso em: xx/xx/xxxx.